

Continuidade, Metamorfose ou Fim da Globalização?

Carlos Pimenta

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Observatório de Economia e Gestão de Fraude

pimenta@fep.up.pt

1. Para que haja um acto de comunicação é indispensável que todos os intervenientes partilhem o mesmo código simbólico. Num texto científico a partilha do mesmo significado das palavras é, pois, uma condição prévia para que relator e leitor se entendam. Podem não partilhar a mesma selecção dos factos, podem sobretudo não procederem à mesma interpretação desses factos e muito menos à sua hierarquização conceptual ou valoração, mas ambos têm de tentar interpretar criticamente a mesma realidade.

Quando o centro da análise pressupõe a utilização de uma terminologia que é simultaneamente manipulada a diferentes níveis do labor intelectual humano (conhecimento corrente, conhecimento científico, conhecimento filosófico, discurso ideológico, por exemplo) e mesmo no conhecimento científico por diferentes saberes disciplinares, impõe-se que se seja muito cuidadoso na definição dos conceitos que estamos a utilizar.

É o que acontece com o termo “globalização” que está no centro da reflexão destas breves considerações sobre o evoluir recente da sociedade em que vivemos, podendo também espelhar-se noutros conceitos que giram em torno dele, tais como “mundialização”, “internacionalização”, “metanacional”, “multinacional” ou mesmo “capitalismo”. Por essa razão Galbraith, figura cimeira da Economia, quando dirigiu uma enciclopédia impedia a utilização da palavra “globalização”, apropriada por vários “donos” e prostituindo o labor científico. Palavras traiçoeiras, mas com que temos que lidar tal é a sua presença no manto diáfano da fantasia através do qual interpretamos o mundo em que vivemos.

Quando um autor afirma que os “descobrimientos portugueses” foram o início da globalização, talvez porque desconheça as prévias navegações de outros povos ou tão-somente porque pretendam erigir navegadores portugueses e traficantes de escravos como os arautos do mundo moderno; quando um outro afirma a inevitabilidade da globalização ou atribui a esta toda a convulsão social que a presente crise revela; quando ainda outro identifica globalização com o comércio internacional livre ou quando a posiciona num pós-capitalismo ou numa “sociedade da informação” estão a referir-se a realidades diferentes, mesmo tendo preocupações de rigor.

Acresce que mesmo aceitando um mesmo conjunto, inevitavelmente incompleto, de referências de significado para o conceito de globalização as experiências possíveis de diferentes cientistas e cidadãos serão inevitavelmente diferentes. Enquanto a Microsoft entende a “globalização” como o domínio tecnológico e económico da sua empresa à escala mundial, o “profissional da cooperação junto de países desfavorecidos” vê a possibilidade da continuação do seu posto de trabalho e o achego afectivo de “poder ajudar alguns irmãos desfavorecidos”, o traficante de droga encontra uma multiplicidade renovada de canais de produção, comercialização e branqueamento de capitais e o cidadão de muitas partes do mundo continua a catar o alimento quotidiano no lixo civilizacional e a morrer de fome.

Feitas estas considerações iniciais consideramos que está plenamente justificado que antes do mais tenhamos o cuidado de confrontar o leitor com a nosso significado de globalização, não sem antes fazermos três reparos prévios:

1. Nesse percurso vamos socorrer-nos frequentemente do que escrevemos sobre o assunto no livro *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição*, publicado em 2004. Então era

difícil fazer passar em alguns meios (associados ao poder político, à reprodução dos saberes académicos e outros) algumas das mensagens expostas, consideradas “desligadas da realidade”, “catastrofistas”, nomeadamente quando na parte final do livro, perguntando-nos quais as possíveis evoluções da globalização antevíamos algumas possibilidades que se vieram a concretizar na crise de sobreprodução que actualmente vivemos.

2. Provavelmente a apresentação da “definição” de globalização por nós adoptada exigiria a prévia desmontagem de algumas das imagens com que quotidianamente nos defrontamos, exigia o esforço bachelariano de destruir as primeiras evidências, empecilhos a uma leitura crítica. Conceitos como o de “mercado” podem assumir muitos significados diferentes e antagónicos, exigindo essa destruição e reconstrução criadora. Não temos qualquer possibilidade nestes modestos apontamentos de o fazer.
3. A leitura que elaboramos da globalização tem a veleidade de não se limitar ao estritamente “económico” e deste ser construído na base de uma leitura crítica, interparadigmática e interdisciplinar de Economia. Mas o “núcleo duro” é inegavelmente uma leitura económica, o que se pressupõe a utilização de conceitos e metodologias disciplinares próprias.

2. Começamos pela adopção de algumas ideias simples, que creio não levantarem grandes dúvidas.

A evolução tecnológica influencia as relações entre os homens. Tendencialmente e como dinâmica secular podemos afirmar que essas alterações das forças produtivas são no sentido de uma maior possibilidade de obter recursos de todo o tipo para todos os homens. Entre esses recursos está um maior domínio (uma melhor criação) do tempo e do espaço, correspondendo a uma maior aproximação entre os homens. Se designarmos esta maior facilidade e frequência de relacionamento por mundialização, podemos afirmar que desde os primórdios da civilização houve um processo, não lineares, nesse sentido. A evolução das forças produtivas gera mundialização, no passado e no futuro.

As configurações adoptadas pela sociedade resultam de múltiplos factores. A reprodução das relações sociais são influenciadas pelas forças produtivas, sem dúvida, mas também, pelas próprias relações sociais, pela correlação de forças política *latu sensus*, pela religião, pelo conhecimento corrente, pelo contexto geográfico e histórico, etc. A reprodução das relações sociais – e de entre elas a Economia tenderá a destacar as relações sociais de produção, de reprodução da base material da sociedade –, é um fenómeno complexo, no sentido que lhe é dado pelas Ciências da Complexidade. Por outras palavras, a mundialização referida no ponto anterior assume diversas formas. Formas locais, regionais, internacionais, mundiais. Formas políticas variegadas. Formas de racionalidade económica e de organização da produção, repartição do rendimento, troca e consumo. Quando o cidadão se preocupa com a mundialização porque ela condiciona o seu quotidiano, quando o político discute as vantagens ou desvantagens da globalização, quando o criminoso vê como pode internacionalizar o seu *modus operandi*, quando o cientista da realidade humana procura estudar as potencialidades da construção do seu saber o que estão a pretender interpretar ou utilizar não é a mundialização, fenómeno milenar, mas **as formas que essa mundialização assume no período mais recente. É a essa fase última da mundialização que nós designamos por globalização**, jogando com as terminologias francófona e anglófona.

Esta diferenciação permite-nos desde logo tirar uma conclusão fundamental, perfeitamente concordante com a análise pormenorizada dos argumentos de quantos tendem a associar estreitamente a globalização à microinformática e às telecomunicações: **a mundialização é inevitável, mas a globalização não o é.**

Após este separar das águas entre processo milenar de mundialização, formas que esse processo assume nos espaços e nos tempos sociais e após centrarmos a nossa atenção na fase última dessa forma defrontamo-nos com a exigência de delimitar o período de relativa “homogeneização” da forma e de explicitar as variáveis caracterizadoras desse mesmo período. Tendo como terreno de

análise a sociedade mundial – se pretendermos esta realidade-para-o-economista falaríamos em economia mundial – o que exigiria uma consideração excessivamente exigente de variáveis e seu cruzamento, adoptou-se por uma **análise diferencial**: em vez de analisar a totalidade da sociedade nesta sua última fase, determinar o início dessa fase e ver o que mudou nesse período em relação ao que existia anteriormente.

A análise de múltiplas variáveis de relacionamento entre os homens nas práticas económicas levou-nos a situar o início da última fase da mundialização nos anos 80 do século passado, sendo impossível estabelecer uma data inaugural, mesmo que simbólica. Década de 80 que corresponde ao eclodir de muitos acontecimentos que real ou simbolicamente marcam uma época: a superação da crise da década anterior e dos períodos de grande conflito social, a generalização da microinformática e das redes internacionais de comunicações, a desagregação do “socialismo real”, o reforço político dos EUA e o aparecimento de “governos musculados” defensores dos ideais do liberalismo económico (ex. Reagan, Thatcher), o aparecimento da sida e a mudança de práticas sociais, a retomada do controlo sobre as antigas colónias, entretanto tornadas independentes, através das instituições de Bretton Woods. Década 80 que rasga novas formas de reprodução social que vão assumir a sua maturidade na década seguinte.

Localizado o período temos que caminhar para a sua caracterização, não sem antes termos a certeza que estamos a analisar uma fase do capitalismo, uma fase do que foi generalizadamente aceite como imperialista.

3. Caracterizemos, então essa fase.

Para a caracterização diferencial do período que se inicia na década de oitenta recorremos a um conjunto de variáveis económicas que estão intimamente relacionadas com a aproximação económica entre os homens, tais como importações e exportações, investimento estrangeiro, deslocações da força de trabalho, mercados financeiros, desigualdades na repartição do rendimento, actuação das empresas multinacionais, políticas estatais e acção económica dos organismos internacionais, produção e apropriação de excedente, branqueamento de capitais.

Algumas destas variáveis mostraram-se quantitativa ou qualitativamente relevantes para a caracterização do período em análise, outras revelaram-se numa evolução das fases anteriores sem rupturas que lhes atribuisse qualquer significado.

Constatamos que todos os actos sociais fazem parte, com maior ou menor autonomia, dessa dinâmica global de organização capitalista. Essa revelação crítica de uma evidência poderia levar-nos para uma leitura interdisciplinar das relações entre os homens, ampliando o conjunto das variáveis consideradas, anteriormente referidas. A explicitação desse entrosamento entre as práticas individuais e as dinâmicas sociais mundializadas também poderia conduzir a resultados similares. O individual contem o mundial: “pertence já ao âmbito do senso comum a certeza de que tudo quanto está a suceder no presente depende, em última análise, de um conjunto de inter-relações que se situam num plano «macro» (político, económico, social, cultural, ecológico, etc.) que hoje surge como sendo onnipresente e onnipotente” (ROCHA-CUNHA, 2008, 129). Por outras palavras, seria possível considerar muitas outras variáveis, com concretizações a diversos níveis, mas estaríamos perante um desafio que ultrapassava as nossas capacidades. Conscientes das nossas limitações, consideramos, no entanto, que a leitura feita retém o essencial da globalização, nomeadamente para desembocar na apreciação da crise que actualmente vivemos.

Em síntese, o que caracteriza a mundialização desde os anos oitenta do século passado até aos nossos dias, isto é, os traços diferenciadores da globalização, são:

Reforço da ideologia neoliberal

A defesa da mobilidade dos factores produtivos sem qualquer restrição, a liberdade de comércio à escala mundial como factor de crescimento económico, o sistemático elogio do funcionamento automático dos mercados são concepções tradicionais do pensamento económico liberal. O neoliberalismo vai mais longe, assentando num fideísmo intransigente do funcionamento do mercado mítico, transposto das relações de trocas dos homens para a realidade olímpica da racionalidade económica plena, informada e simétrica, exigindo o desaparecimento do Estado. O político é assumido no discurso como negação da eficiência, do desenvolvimento económico.

O discurso neoliberal não corresponde à realidade e é sobre a sua própria negação que funciona como ideologia propagadora das políticas de enfraquecimento do Estado, de entrega de todo o poder ao capital dominante, de deusificação das empresas, de adopção de um pensamento único que assume a expansão do capital como única possibilidade, como sinónimo do progresso. Não corresponde à realidade porque a liberdade de comércio é imposta aos países da semiperiferia ou da periferia mas é ignorada frequentemente pelos países do centro, a começar pelos Estados Unidos. Porque o enfraquecimento do Estado não é um resultado da maior “força dos mercados”, mas uma política deliberada dos próprios Estados que defendem o seu enfraquecimento ou mesmo o seu suicídio. Porque toda esta defesa ideológica do mercado se faz com a batuta dos organismos internacionais, com uma política concertada da Organização Mundial do Comércio, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. A democracia é esmagada pela burocracia.

Esta ideologia neoliberal é não só o factor permissivo, justificador, de muitas das políticas económicas e práticas sociais construídas durante este período, mas é também um factor impulsionador, uma ideologia activa e ditatorial que impõe medidas contra todos aqueles que não são proprietários ou fiéis depositários e gestores do grande capital internacional: quando os modelos e a realidade estão em dissonância, em conflito, é a realidade que está errada e tem de ser moldada de acordo com os seus princípios.

Não é de espantar que esta situação tenha como corolário o reforço do papel das multinacionais, que passam a actuar à escala mundial, a ter uma gestão mundial, que deixam de ter em conta os Estados. Antes bajulavam estes para garantir a implantação nos espaços nacionais, agora gerem-se autonomamente e impõem a suas regras de jogo aos Estados. A economia mundial empresariza-se: muitas são as empresas que têm um “produto interno” superior aos dos Estados, que têm uma capacidade instantânea de movimentações de capital-dinheiro superior ao dos Estados e dos bancos centrais, ao mesmo tempo que a empresa privada assume-se, por definição, como sinónimo de eficiência.

Este ambiente ideológico, esta correlação de forças sociais e políticas, assim como a concorrência que gera ou os esquemas de subserviência que promove, fazem como que dificulte a resistência dos países de mais baixo rendimento, que dificulte a resistência dos povos.

Aumento do capital fictício até níveis nunca anteriormente atingidos, num contexto de articulação e mundialização acelerada dos seus mercados.

Por outras palavras, o capital financeiro assume dimensões desproporcionadas. Os mercados financeiros funcionam de uma forma articulada à escala mundial e crescem a ritmos aceleradíssimos, tudo isto tomando como referência a dinâmica da actividade produtiva. As actividades financeiras desligam-se das actividades produtivas, deixam de funcionar como um complemento destas, mas antes quão buraco negro que absorve todos os recursos, mesmo os necessários ao crescimento económico. A percentagem das operações financeiras directamente associadas ao investimento nos sectores produtivos é cada vez menor. O capital fictício amplia-se.

Merece a pena reproduzirmos alguns dados apurados quatro anos atrás, com a certeza de que no momento do aparecimento da crise financeira eles eram manifestamente mais importantes. Para uma visão de conjunto, porque estamos a lidar com números demasiado “abstractos” para o comum dos mortais, tomem-se as duas referências seguintes:

«Para a maioria das pessoas um milhão de dólares é muito dinheiro. Medido em montes de notas de 100 dólares, atinge a altura de vinte centímetros. Um bilião de dólares ou, por outras palavras, um milhar de milhões, ultrapassa em altura a catedral de S. Paulo, em Londres. Um trilião de dólares um milhão de milhões ultrapassaria os 193 quilómetros de altura, ou seja, mais de vinte vezes a altitude medida no cimo do monte Everest. Mas, actualmente, os mercados financeiros globais movimentam mais de um trilião de dólares por dia. É um aumento maciço em relação a 1980, sem falarmos de anos mais distantes» (Giddens. 2000, 21/2).

«Esta liberdade universal permitiu à indústria financeira mundial conhecer uma verdadeira explosão ao longo dos últimos dez anos – a partir de 1985, o volume de negócios do comércio de divisas e do comércio internacional das acções mais do que decuplicou. A crermos no cálculo do Banco de Pagamentos Internacionais (BPI), ao longo de um dia médio de transacções, cerca de 1,5 biliões de dólares mudam de mãos. Esta soma, uma cifra com doze zeros, corresponde mais ou menos ao valor de toda a produção anual da economia alemã ou a quatro vezes as despesas mundiais anuais em *crude*. O volume de negócios da compra e venda de acções, dos empréstimos aos grupos industriais, dos títulos de dívida pública e dos inúmeros contratos especiais sob as mais diversas formas a que se dá o nome de “produtos derivados” situam-se numa ordem de grandeza análoga» (Martin & Schumann. 1999, 58).

Os investidores institucionais são uma parte importante dos intervenientes nos mercados financeiros.

«Dentro da área de OCDE, investidores institucionais registaram aumentos em seus activos (em média 11 por cento) no período 1991-1999. Este ganho no valor dos activos reflecte aumento da poupança em forma institucional e a valorização da existência de activos institucionais. As seguradoras continuam a ser os investidores institucionais mais significativos nesta área, representando 34 por cento dos investimentos em 1999, seguidas por sociedades de investimento, com 29 por cento. As sociedades de investimento registaram os maiores aumentos percentuais – em média 20 por cento – durante o período (em contraposição aos fundos das seguradoras e das pensões com cerca 11 por cento e 13 por cento, respectivamente) assim alcançando níveis de investimento perto dos realizados pelos fundos de pensões. Outras formas de investidores institucionais, existentes em alguns países, representam uma parte não-insignificante nos investimentos totais (9 por cento em 1999).

O volume total de activos de investidores institucionais nos EUA quase triplicou desde 1991, alcançando \$19.279 biliões de em 1999. Embora o aumento mais significativo tenha sido o registado pelas companhias de investimento, cujos activos elevaram de \$1.376 biliões de em 1991 para \$6.289 biliões de em 1999, os fundos de reforma ocupam o primeiro lugar entre investidores institucionais nos Estados Unidos. Seus activos alcançaram \$6.901 biliões de em 1999 em comparação com \$2.807 em 1991. Desde 1996, as seguradoras ocupam a terceira posição com activos de \$3.994 biliões em 1999 (\$2.055 biliões de em 1991). Investidores institucionais no Japão representam a segunda posição na área de OCDE em 1999 quanto ao activo

do investimento institucional, com um total superior a \$5.040 bilião. A maioria dos activos no Japão continua a ser possuído pelas seguradoras.

Dentro da área da UE, o principal país em investimentos institucionais é o Reino Unido, cujos activos atingiram cerca de \$3.265 biliões em 1999 seguido pela França e a Alemanha (\$1.696 e \$1.529 biliões, respectivamente), a Itália (\$1.078 biliões). As seguradoras representam a maioria do investimento no Reino Unido, França e Alemanha em 1999, enquanto fundos de pensões foram tradicionalmente dominantes na Holanda, com cerca de \$448 biliões em 1999. No Canadá, os activos totais de investidores institucionais alcançaram \$748 biliões em 1999 e os investidores institucionais na Coreia e Espanha teve volumes de activos excedendo \$300 biliões» (World Federation of Exchanges, sd).

Segundo esse mesmo relatório o valor dos activos financeiros dos investidores institucionais da OCDE eram em 2000 de 27.342×10^9 dólares. Por outras palavras, os referidos activos de instituições dos EUA são sempre maiores que o produto interno bruto desse país: 128% e 198% em 1992 e 2000, respectivamente; os activos crescem bastante mais rapidamente que o valor novo produzido durante um ano. O mesmo se poderá dizer para os activos do conjunto da OCDE que, tomando como referência o PIB dos EUA, passou entre os dois anos referidos de 256% para 277%.

Os activos financeiros dos investidores institucionais nacionais há cinco anos eram superiores ao produto interno bruto do Luxemburgo (3516,4%), Reino Unidos, Holanda, Estados Unidos (207,3%), Suíça, Suécia, Austrália, França, Canadá, Islândia, Bélgica, Japão (100,5%).

Repare-se bem, o valor médio diário das transacções nos mercados principal e paralelo (em todo o mundo) foi, em 2001, $168,26 \times 10^9$ dólares, isto é 1,96 vezes o produto interno bruto a nível mundial durante esse mesmo ano.

Esta financiarização das actividades económicas alterou as prioridades económicas à escala mundial. Os “planos de ajustamento estrutural”, posteriormente embrulhados em “luta contra a pobreza” são uma expressão dessa prioridade. Grande parte das políticas de cooperação transferiram-se das infra-estruturas e da produção e comercialização de mercadorias para uma reorganização dos bancos e outras instituições financeiras, para a criação de bolsas de valores.

Acrescente-se que o poder do capital financeiro era tal, que no momento das primeiras dificuldades resultantes da crise, conseguiram arrastar para a especulação os preços de muitas mercadorias que tradicionalmente escapavam a esse controlo: produtos agrícolas e petróleo.

Estas características da globalização atingem todas as vertentes da sociedade, mas manifestam-se de forma desigual conforme os momentos e os locais, ora integrando a acumulação capitalista mundial ora desarticulando as sociedades integradas/marginalizadas. O mercado de trabalho continua a ser um mercado fragmentado e segmentado. As desigualdades sociais aumentam.

As desigualdades económicas e sociais aumentaram.

As estatísticas comprovam inequivocamente que a partir de 1983 há um agravamento das desigualdades entre os diversos países do mundo. É certo que mesmo nos países de mais baixo rendimento há um ligeiro aumento do rendimento *per capita durante a última década anterior à crise*, mas que não anula, antes pelo contrário, a situação anteriormente referida.

Não há informações estatísticas suficientes para se concluir sobre a evolução das desigualdades na repartição do rendimento entre cidadãos de um mesmo país ou, ainda menos,

à escala mundial. Apesar desta precaução pela falta de dados e da situação ser certamente diferente de região para região, de país para país, existem muitos indícios que apontam também para um agravamento das desigualdades desse tipo.

Além destas tendências de evolução há alguns dados absolutos que convém referir:

- Segundo o PNUD em 2000, 20% da população mundial possui 74% do rendimento mundial (não estamos a falar da riqueza, o que ainda agravaria mais a situação) enquanto 80% tem apenas os restantes 26%, e dentro destes os 20% mais pobres possuem apenas 2% do rendimento mundial.
- Ainda segundo a mesma fonte, “os 500 indivíduos mais ricos do mundo têm um rendimento conjunto maior do que o rendimento das 416 milhões de pessoas mais pobres”.

Este conjunto de características da globalização comporta um corolário: **o aumento da importância da economia não-registada, frequentemente conhecida por economia “sombra” ou economia subterrânea.**

As operações financeiras são, independentemente da sua utilidade, improdutivas: não criam valor, apropriam-se de valor (fluxo) ou de riqueza (stock) previamente criados. O montante relativo das operações financeiras em relação à criação de produto, o elevado peso relativo do capital fictício dentro do capital financeiro fazem com que as transferências de valor do sector produtivo para o sector financeiro sejam muito elevadas. Mais, as turbulências verificadas nos mercados financeiros ao longo do período em análise e a rapidez com que foram repostas as dinâmicas então consideradas como normais mostram a relativa disponibilização de capital-dinheiro para passar da produção de valor para a sua utilização financeira.

Há processos económicos e institucionais, tradicionais ou modernos, para garantir essa captação de recursos (a utilização do valor acrescentado criado nos sectores produtivos, a transferência de recursos das economias subdesenvolvidas, a mais-valia extra resultante de uma gestão empresarial à escala mundial, a posse privada dos sectores rentáveis da segurança social e o sistema de reforma assente na capitalização, e ainda todas as vantagens fiscais e apoios às grandes empresas), mas que dificilmente justificarão os montantes a que temos feito alusão. A economia subterrânea (fuga ao fisco, actividade informal e ainda, fundamental e decisivamente, actividades ilegais), associada inevitavelmente ao branqueamento de capitais, é a outra face da financiarização.

As estimativas econométricas confirmam-no: (a) Tem-se vindo a intensificar durante o período da globalização; (b) hoje atinge aproximadamente 25% do PIB mundial, isto é, o produto anual mundial é 1,25 vezes o oficialmente anunciado, encontrando-nos todos nós “rodeados de economia subterrânea por todos os lados”; (c) Os países desenvolvidos que constituem a OCDE têm uma economia subterrânea que corresponde a 16,3% do PIB, sendo o valor mais baixo nos EUA, 8,4%; (d) Dos países para que há estimativas, os que apresentam maiores níveis de economia subterrânea são a Geórgia (68,0%) e o Zimbabwe (63,2%).

4. Partindo desta caracterização da globalização a natureza da crise actual surge com muito maior nitidez. A crise deixa de ser um acontecimento inesperado, mas uma inevitabilidade resultante do hiato entre produção, apropriação e utilização do valor acrescentado. O facto de a crise ser de sobreprodução mais não é que a constatação da impossibilidade de uma sistemática remuneração do capital, quando aumentava a importância do capital fictício.

Da constatação desta realidade também é fácil perceber o absurdo do discurso que justifica a crise por uma série de erros humanos (fraudes, especulação, erros de avaliação da segurança das

aplicações, falta de regulação). Quando a crise surge, a brutalidade dos factos se impõe, as referências se alteram, é então, e só então, fácil atribuir ao comportamento de alguns as responsabilidades, esquecendo que eles, como os outros, eram elementos do mesmo sistema. Se a financiarização se articulava intrinsecamente com a economia subterrânea, com o branqueamento de capitais, como seria de esperar que houvesse uma actividade de vigilância do poder político e uma actividade de regulação correcta?

Mas não é a inevitabilidade da crise, nem as características dela que pretendemos explorar nestes breves apontamentos.

De uma forma simplista, podemos dizer, desta crise, como das várias que a antecederam desde o amadurecimento do capitalismo, que ela é a “expressão do esgotamento das características da reprodução das relações sociais de produção” até então vigentes. Mas o que pode significar exactamente isso?

A crise actual não é, de forma alguma, o fim do capitalismo imperialista. Não é também o fim da mundialização, mas será o fim da globalização?

5. Na sequência da caracterização da globalização afirmámos, quando da publicação do livro, que havia três evoluções possíveis de dinâmica social susceptíveis de conduzir ao fim da globalização, como a temos entendido:

- O hiato entre a dinâmica de utilização improdutiva de valor acrescentado e a de criação desse mesmo valor, com crescente empolamento dos mercados financeiros e de capital fictício criava condições para o desencadear de uma crise de sobreprodução profunda, cujos primeiros sinais seriam de crise financeira.
- Uma tomada de posição unilateral dos EUA que termine com muitas das regras de jogo actualmente vigentes, nomeadamente o livre comércio. Sendo a globalização a mundialização do capitalismo na sua modalidade americana porque, para além das dinâmicas das forças produtivas, houve a capacidade política, económica e social de a impor, não será de estranhar que possa ter a capacidade de a contrariar desde que a correlação de força capitalistas a nível mundial e o crescente endividamento da economia americana tal permita ou o exija.
- Uma alteração da correlação de forças sociais em resultado do agravamento das contradições sociais e o crescendo de luta antiglobalização.

A crise desencadeou-se e os EUA foi o primeiro país a sentir os resultados do seu impacto. As lutas sociais agravaram-se muito localizadamente em alguns espaços sociais, mas nunca tiveram expressão suficiente para alterar as formas de organização político social seja onde se desencadearam seja noutras regiões.

Podemos, pois dizer que a resposta à pergunta formulada como título deste trabalho passa essencialmente por perceber as tendências e contratendências das dinâmicas económicas das empresas, dos Estados e dos Organismos Internacionais desde o início da crise.

Na actual crise as posições de política económica dos Estados, nomeadamente dos EUA e dos restantes países do centro capitalista são contraditórias, confrontando-se a persistência dos princípios neoliberais, o ressurgir de concepções de combinação da iniciativa privada com uma maior acção do Estado e aqui, ou acolá, algumas posições de maior apelo à intervenção do Estado. Estamos sempre no terreno das políticas económicas capitalistas, ora de cariz neoliberal, ora de cariz liberal, ora de cariz keynesiano, na leitura da síntese neoclássica, ora de maior consonância com o Keynesianismo. O discurso marxista, ou de mais coerente defesa das grandes massas populares, tem estado ausente: teria que o estar da parte dos governos, mas poderia não o estar da parte das oposições e da luta de classes.

Estamos pois, em todo e qualquer momento da crise actual, na defesa explícita de uma política económica capitalista, contraditória, titubeantes, mas que apresenta algumas tendências claras, que explicitaremos mais de seguida. Mas temos também que perceber que as possibilidades de intervenção dos Estados, sobretudo, mas também dos organismos internacionais, é muito limitada. A autolimitação do político, a passagem durante décadas de um planeamento económico para uma regulação em que frequentemente os políticos se ajoelham perante os detentores da riqueza, o haraquiri praticado durante os últimos anos pelos Estados na esfera económica, a galopante dívida pública, nomeadamente externa de muitos países, a começar pelos Estados Unidos, tornam o Estado mais preparado para discursos políticos de circunstância do que para uma capacidade efectiva de intervenção.

A política económica anticrise tem sido fundamentalmente a de salvar, à custa das populações, os prejuízos sofridos pelo capital financeiro. O empolamento deste, desligado da produção, esteve na base do despoletar da crise, mas em vez de se reforçar o sector produtivo e deixar desmoronar os himalaia de capital fictício, a preocupação primeira nos EUA e em outros países foi exactamente em sentido contrário. Com argumentos sobre a importância do sistema bancário, por vezes verdadeiros, ajudou-se a reconstruir as grandes fortunas especulativas, as fraudes e a economia não-registada. Aqui e acolá algumas posições políticas, como no G20 apelam a uma maior regulação, mão não é essa a tendência dominante.

Perante este panorama a nossa conclusão é peremptória: **a actual crise tende mais a ser um período de metamorfose da globalização do que do seu fim.**

Há, contudo duas notas finais que podem apontar em sentido diverso:

- Hoje sabemos que variações infinitesimais de algumas variáveis podem provocar mudanças profundas e estruturais no conjunto de que fazem parte. O imprevisível pode resultar de sistemas deterministas e não ser controlável pelos homens. Esta crise, que ainda está para durar pode desencadear fenómenos hoje imprevisíveis, que marquem decisivamente as características actuais da sociedade mundializada de hoje.
- Até aqui temos estado a falar de factores internos da globalização, de variáveis que se jogam no interior das sociedades dominantes nesse processo. No entanto, há factores exógenos em profunda transformação. Estamos sobretudo a pensar na alteração das hegemonias à escala mundial, no crescente poder económico de alguns países. Há-os em todos os continentes, mas uma atenção muito especial deve ser dada à China. Muito provavelmente esta sairá da presente crise mundial com uma posição mais hegemónica do que seria de esperar da dinâmica anterior, já apontando nesse sentido.

Há muitas variáveis em jogo. As endógenas à globalização tendem a prolongar esta, modificando-lhe a forma. Algumas endógenas podem gerar alterações de correlação de força que rasguem outros rumos, ainda difíceis de prever. O imprevisível é possível e transformador. No centro de tudo isto estão os cidadãos, os povos. **Estamos nós e vós.**

Maio 2009

BIBLIOGRAFIA

GIDDENS, Anthony. 2000. *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.

MARTIN, Hans-Peter, & Harald SCHUMANN. 1999. *A Armadilha da Globalização: o Assalto à Democracia e ao Bem-estar Social*. 2 ed. Lisboa: Terramar. Original edition, 1996.

- PIMENTA, Carlos. 2004. *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição, Ideias - Economia*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- . 2007. Globalização e Desenvolvimento: Realidade, Possibilidade ou Miragem? *Working Papers / CEAUP* (1):41.
- . 2008. O financeiro contra o económico. *Shift* (1):18.
- PNUD. 2000. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2000*. Lisboa: Trinova Editora.
- ROCHA-CUNHA, Silvério da. 2008. *O Improvável que Aconteceu & Outros Estudos em Torno de Dilemas do Direito e da Política numa Era Global*. 1 vols. Ribeirão: Húmus.
- WORLD FEDERATION OF EXCHANGES. Annual Reports.